

Resposta da Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, docente da Universidade Federal de Juiz de Fora às críticas que foram feitas a um artigo de sua autoria, parte do livro "*Solidariedades e Conflitos: histórias de vidas e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*".

Aos Assinantes da Lista e demais interessados:

Sinto ter que ocupar, mais uma vez, os participantes da “lista eletrônica” e demais interessados nesta celeuma, mas tornou-se imperativa a necessidade de responder aqueles que insistem em desqualificar nosso livro. Infelizmente, tenho que exaurir nossos assinantes com novas e longas páginas, retomando, inclusive, parte dos argumentos anteriores, pelo que parece ainda não perfeitamente entendidos.

Inicialmente gostaria de reiterar que sugestões, discordâncias e críticas acerca de minha produção intelectual são sempre bem-vindas. O conhecimento histórico é por si só cumulativo. Problemas detectados por leitores mais cuidadosos e sugestões que venham a enriquecer o conhecimento histórico contribuem para a melhoria da qualidade das obras, podendo até ser incorporadas em futuras reedições ou até, se for o caso, originar novas abordagens em outros textos complementares.

Quando afirmamos, em nosso primeiro documento-resposta, que os nossos “críticos” estavam atuando de forma inadequada e pouco usual no meio acadêmico, queríamos dizer que eles estavam equivocados em relação aos meios utilizados e à forma adotada. Se o objetivo principal de nossos “críticos” foi o de contribuir para que se construa uma historiografia de qualidade em Juiz de Fora, ou o de “alertar os autores para que os erros primários que denunciemos não mais se repitam” conforme afirmaram em relação ao texto de minha autoria, bastava enviar-me, ou aos demais colegas, suas críticas e/ou sugestões, o que é muito usual. Caso quisessem tornar o debate público, para que o “ganho” fosse coletivo, deveriam se utilizar dos canais de expressão próprios a este tipo de contribuição, tais como a publicação de livros, artigos, resenhas, dissertações, teses, comunicações em simpósios e etc. Tais canais destinados à crítica acadêmica são regidos por códigos de ética e de mérito, para que o debate possa estar imune às intervenções de caráter pessoal e de julgamento de valor, problemas facilmente perceptíveis em todos os documentos veiculados pelos funcionários do Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora em relação ao nosso livro e particularmente a mim e à Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira.

Quanto à forma, acreditamos que pouca ou nenhuma contribuição possa ter uma crítica que, a priori, se propõe a desqualificar o sujeito do conhecimento, utilizando-se de “erros” encontrados no resultado de sua obra. Acusam-me de “ter cometido erros primários”; de “ter desqualificado o trabalho de toda uma equipe”; de ter “manipulado fontes”, fazendo, inclusive, referências irônicas a minha tese de doutorado¹ - que nem é o objeto da questão em foco - e ainda esperam estar realizando uma crítica acadêmica, isenta e cidadã. Lucien Febvre recomendava que não se fizesse o julgamento do historiador à semelhança do julgamento dos juizes do inferno.² É para isto que existem regras éticas a serem respeitadas nas mais diferentes profissões em canais adequados de expressão de pensamento. Mas os nossos “críticos” desconhecem isto.

As acusações a mim dirigidas referem-se a pseudos problemas metodológicos encontrados em meu trabalho, resultante de erros cometidos na coleta de processos-crime por mim consultados junto ao Arquivo da Cidade de Juiz de Fora.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que todo o trabalho de coleta, digitação e sistematização das fontes foi realizado pelo conjunto de pesquisadores, auxiliados por alunos reconhecidamente competentes do Curso de História – aprovados em seleção - na condição de estagiários. Pessoalmente responsabilizei-me pela coleta de fontes da Imprensa de Juiz de Fora. Portanto, se erros ocorreram no processo de coleta, eles não se devem somente a mim, individualmente, mas ao conjunto de autores da obra e seus auxiliares, no qual me incluo.

Em segundo lugar, erros podem ocorrer em qualquer pesquisa histórica, principalmente aquelas que envolvem muitas pessoas. O melhor seria que não ocorressem. Mas quem faz pesquisa sabe que ninguém está isento desta possibilidade. Lembro-me aqui, sem nenhum intuito de comparar-me ao exemplo elucidado, do caso da Profa. Dra. Lilia Schwarcz, que teve alguns erros pontuais apontados em sua obra “As Barbas do Imperador”. Mas em nenhum momento da discussão acerca de sua obra, a carreira intelectual da autora foi desqualificada publicamente e muito menos a sua obra, que, no conjunto, não foi abalada por erros pontuais cometidos. Lembre-se aqui que a mesma foi merecedora do Prêmio Jabuti. Muito menos vimos o Reitor da USP, Universidade a qual ela está ligada, receber insistentes e-mails solicitando que se “tomasse providências administrativas” contra ela, por ter cometido erros em sua pesquisa.

¹ VISCARDI, Cláudia M. R. **Teatro do Absurdo: a nova ordem do federalismo oligárquico**, UFRJ, Rio de Janeiro: 1999- tese.

² VILLAR, Pierre. In: --- D'ALESSIO, Márcia M. **Reflexões sobre o saber histórico**, São Paulo: UNESP, 1998., p. 66, apud.

Não contestamos a existência de erros no trabalho. A equipe de autores assume coletivamente a inteira responsabilidade pelos mesmos. Mas mantemos nosso argumento principal: os erros apontados não abalam as afirmações realizadas e não desqualificam a obra e seus autores. Vejamos porque.

Afirmam textualmente que *“em pelo menos quarenta por cento das fontes utilizadas as mesmas foram desrespeitosamente manipuladas transformando-se em verdadeiros romances. Os erros acima, conjugados com a forma como recriou as histórias, comprometem os resultados.”*

Em primeiro lugar, tal crítica revela um sério equívoco no entendimento de nosso método. Acreditamos que seja devido à falta de uma discussão metodológica mais profunda, que o livro não incorporou, em razão do público a que ele se destinava. Mas nada impede que estabeleçamos esta exposição e a coloquemos em discussão com os interessados, pois este tipo de debate é, na realidade, o que nos enriquece e que nos interessa.

Acreditamos que um problema metodológico ocorre em duas situações: 1) quando o tipo de fonte escolhida para responder as suas questões é inadequado, ou seja, através delas você não consegue comprovar a sua hipótese ou fundamentar seus argumentos; 2) quando o volume de fontes pesquisadas não é suficiente para a comprovação de seus argumentos, ou seja, as afirmações realizadas passam a não ter fundamento.

O fato de um historiador “manipular” uma fonte para que ela confirme um argumento desejado, não chega a ser um problema metodológico, mas uma atitude de má fé. Como não se trata de julgarmos a boa ou a má fé das pessoas (atitude que caberia só a Deus) cabe-nos analisar se as duas situações apontadas estão presentes no texto objeto de crítica.

No que diz respeito à primeira situação, os objetivos que queríamos atingir em relação aos imigrantes portugueses que vieram para Juiz de Fora eram os de percorrer o seu cotidiano nos espaços do lazer, do trabalho, da rua e da casa para perceber como se deu o processo de construção da fraternidade, da solidariedade e também do conflito. Queríamos saber de onde vieram, como chegaram, as razões de sua vinda para Juiz de Fora, como se fixaram, as dificuldades que vivenciaram, as formas encontradas para enfrentar os infortúnios, seus costumes, sua religiosidade, como reconstruíram suas identidades em uma terra estranha, as mudanças de suas trajetórias de vida e suas relações com a terra natal. Para atender aos objetivos propostos, recorreremos às seguintes fontes: imprensa, requerimentos de pedido de naturalização, correspondências da Câmara

Municipal de Juiz de Fora, documentos relativos ao Consulado e Vice-consulado português de Juiz de Fora, documentos relativos à demolição de cortiços e venda de terrenos, correspondências referentes ao alistamento eleitoral de estrangeiros, atas da Associação Comercial, atas da Associação Portuguesa, Almanagues da cidade de Juiz de Fora e Censo Administrativo do Estado de Minas Gerais. Não cabe aqui referenciar novamente todas as fontes secundárias utilizadas. Mas procuramos consultar todas as obras locais e nacionais que tivemos acesso e que tratavam da questão relativa à imigração portuguesa e à História de Juiz de Fora. No nosso entendimento, estas fontes eram as mais adequadas para que os objetivos propostos fossem atingidos. Apesar de terem sido muitas, nem todas as questões que tínhamos elaborado puderam ser respondidas, o que é perfeitamente normal no processo de pesquisa; mas, boa parte delas o foram.

Em relação à segunda situação, foram encontrados aproximadamente trezentos documentos relativos aos portugueses, os quais foram utilizados. Nosso maior problema foi não ter com quem dialogar, já que só existia um único trabalho de História acerca dos portugueses de Juiz de Fora, ao contrário do que ocorre com alemães, negros e italianos. Dialogamos majoritariamente com a historiografia nacional. Daí, quando os “críticos” afirmam que 40% das fontes por mim pesquisadas contém erros se constitui, no mínimo, em uma distorção da matemática. Afirmam que os erros encontrados na referência a quatro processos-crime comprometem os resultados, mas não dizem quais resultados foram comprometidos e de que forma o foram. Que diferentes e possíveis interpretações desses processos poderiam conduzir a resultados diversos dos encontrados? Esta é a forma de se questionar resultados de pesquisa!

Não considero que meu trabalho tenha esgotado todas as informações que ainda possam ser obtidas acerca dos imigrantes portugueses que vieram para Juiz de Fora. Mas que certamente ele é uma contribuição significativa sobre o que existe (quase nada) é incontestável.

Portanto, o trabalho não tem problemas metodológicos. Pode ter problemas ortográficos, erros de citação, erros de data e pode conter uma opção metodológica que não agrade à unanimidade dos leitores.

Acerca desta última questão, gostaria de aproveitar o espaço para expor a metodologia por mim utilizada na pesquisa para que seja objeto de crítica e discussão com aqueles que se interessarem. Ao mesmo tempo, aproveito para responder às acusações de que fiz uma “ficção” ou um “romance”, o que para mim antes de crítica é até elogio, dada a admiração que nutro por aqueles que conseguem fazer romances bem feitos.

Acredito que uma das mais importantes contribuições da Antropologia para a História diz respeito às reflexões que ela tem gerado sobre o “atavismo da falsa empiria” que nos acomete, enquanto historiadores. Herdeiros da tradição de Ranke, os historiadores “positivos” da França acreditavam que a verdade histórica residia nos documentos, que se tratados de forma isenta e tendo sua autenticidade confirmada, garantiriam, por si só, o acesso ao fato da forma como ele realmente aconteceu.³ Muito embora a primeira e segunda geração dos Annales tivessem se constituído em críticos vorazes da chamada “História Metódica”, o dogma da verdade absoluta foi substituído pela possibilidade de chegar-se às verdades parciais, através da pesquisa demográfica, quantitativa, serial e etc. A terceira geração dos Annales, a partir de seu encontro com a Antropologia, estabeleceu como paradigma a ausência de paradigmas, ou seja, a História passou a ser vista como uma construção dos historiadores, portanto, sempre uma interpretação. Desta forma, nunca teremos acesso à verdade do fato histórico, mas apenas às representações desses mesmos fatos, que se constituem em reinvenções do passado através de várias categorias. Esta ausência de paradigmas têm levado os historiadores a tentarem fabricar e/ou praticar seus próprios modelos⁴, o que tem sido, na minha opinião, muito profícuo.

Ao receber a “encomenda” do livro, procurei me inserir nesta discussão entre as relações da História com a Antropologia, procurando nortear a minha pesquisa acerca dos imigrantes portugueses a partir das reflexões de G. Duby. Para o autor, a objetividade do conhecimento histórico é um mito. O exemplo por ele dado se encaixa muito ao que pensamos e fizemos. Vamos a ele:

“Podemos estudar esse funcionamento (sociedade nos séculos XI e XII) a partir das escrituras de doação ou dos processos judiciais que ainda existem. Teremos a impressão de estarmos a utilizar testemunhos em estado bruto e de podermos, assim, identificar quais eram as verdadeiras relações entre os homens. (...) Mas, se olharmos mais de perto, apercebemo-nos de que, nesses processos e nessas escrituras de doação, o vivido é igualmente manipulado, modificado pelo mental, e de que, no final de contas, a imagem da sociedade que nos é dada por esses documentos é tão falseada, ou quase, como nas crônicas e narrativas que, à primeira vista, nos parecem muito próximas da ficção. (...) Penso que o historiador não deve enganar-se a si próprio. O que ele enuncia, quando escreve a História, é o seu próprio sonho. Há, sem dúvida, uma enorme diferença entre a História e o romance, na medida em que a ficção histórica está forçosamente ligada a algo que foi verdadeiramente vivido, mas, no fundo, a forma de abordagem não é muito diferente. O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas. (...) Mas, repito, nós utilizamos este material, criticamente analisado, com a maior liberdade, tendo plena consciência de que jamais chegaremos a uma verdade objetiva.” (grifos nossos)⁵

³ A este respeito ver: WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo, Rio de Janeiro: Editora da UGF e UFF, 1994, capítulo 7 e REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**, São Paulo: Ática, 1996, capítulo 1.

⁴ VOVELLE, Michel. In: --- D'ALESSIO, Márcia M. **Reflexões sobre o saber histórico**, São Paulo: UNESP, 1998., p. 86.

⁵ ÁRIES, DUBU E LE GOFF. **História e Nova História**, 3ed, Lisboa: Teorema, 1994, P. 12 A 14.

Compartilhamos plenamente das concepções apresentadas por Duby. Portanto, quando me acusam de estar fazendo uma ficção não me sinto ofendida, porque tenho certeza de que é isto que estou fazendo. No entanto, ao assumirmos que nunca teremos acesso ao fato histórico, mas tão somente às versões que foram construídas sobre o mesmo, não estamos alegando que o fato não tenha existido. É o que Geertz afirma em relação aos textos antropológicos, o que pode ser utilizado em relação à História:

(...) os textos antropológicos são eles mesmo interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão (...) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', algo 'modelado' – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos do pensamento. ⁶

Portanto, a diferença entre uma obra histórica e um romance é que o fato narrado pelo romance não necessariamente existiu e o fato histórico sim. Mas ambos são ficções, pois o historiador, ao narrar o fato, teve que necessariamente reconstruí-lo.

Hayden White, com o qual não concordo inteiramente, mas cuja leitura me provocou profundas reflexões, vai mais além, ao afirmar que o trabalho histórico é:

“uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. (...) As histórias (e filosofias da História também) combinam certa quantidade de 'dados', conceitos teóricos para 'explicar' esses dados e uma estrutura narrativa que os apresenta como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados. Além disso, digo eu, eles comportam um conteúdo estrutural profundo que é em geral poético e, especificamente, lingüístico em sua natureza, o que faz as vezes do paradigma pré-criticamente aceito daquilo que deve ser uma explicação eminentemente 'histórica'. ⁷ (grifo nosso)

Compartilho da colocação de White em relação ao conteúdo linguístico de nossa disciplina, e caracterizo este meu trabalho na categoria por ele apontada como “explicação por elaboração de enredo”. Fiz uma ficção sim, mas nunca um romance. Vou explicitar detalhadamente meu procedimento e estou interessada e aberta às discussões sobre os mesmos, pois não detenho a verdade absoluta.

Diante das fontes que possuía, fiz uma análise pormenorizada das mesmas, ou seja, de caráter qualitativo, buscando as respostas para as questões citadas acima. As fontes me ofereceram uma série de respostas. Dividi as respostas em temas (sub-capítulos). Para cada um deles, escolhi um processo-crime que ilustrasse (ou que servisse de alegoria, como

⁶ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1989, p. 25 e 26.

⁷ WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**, São Paulo: EDUSP, 1992, P. 11.

preferem alguns) as informações que obtive das fontes em seu conjunto. Geertz afirma que compreender a cultura de um povo implica em buscar a sua normalidade. Colocá-los no quadro de sua própria banalidade dissolve a sua opacidade.⁸ É o que procurei fazer. A partir de situações normais, cotidianas, banais, fui estabelecendo a trajetória de vida dos imigrantes portugueses. Não me interessava fazer uma história jurídica ou biográfica dos mesmos, o que talvez justificasse ou requeresse uma preocupação com a “verdadeira ocorrência do fato”. Me interessava reconstruir a teia de acontecimentos que compunham o seu cotidiano.

Tais exemplos serviram como um “gancho” para a apresentação dos resultados da pesquisa que realizei. Portanto, eles especificamente, não são documentos que atestam as afirmações que faço, mas são “recursos literários” utilizados para conferir ao texto um tom palatável aos leitores da comunidade, que não estão acostumados a terem um tipo de leitura semelhante às teses acadêmicas. Confesso que pensei e discuti com os co-autores (e devia ter posto em prática o meu pensamento) em omitir os nomes dos envolvidos nos crimes citados (como outros colegas o fizeram) ou substituí-los por personagens fictícios, para inclusive preservar alguns descendentes que podem não ver certos tipos de crime como formas de resistência e se sentirem ofendidos. Portanto, o máximo que podem me acusar é de que não dei exemplos fiéis em todos os detalhes. Me penitencio. Podem igualmente discordar do meu procedimento metodológico. Vamos discuti-lo. Isto é muito diferente do conteúdo e da forma que vêm sendo utilizados em relação a minha pessoa e ao meu trabalho.

O importante não é discutir se um fato ocorreu ou deixou de ocorrer, mas de atentar para as condições de ocorrência dos fatos.⁹ Se o português foi condenado ou absolvido, se o processo foi arquivado ou não, se o fato ocorrido foi na rua, no bairro ou na cidade, tais informações não respondiam ao que eu estava interessava em perguntar. O que me interessava eram as condições de ocorrência do fato. Ou seja, se ele estava envolvido ou não no conflito, o tipo de conflito, a razão do conflito, como o conflito era visto pela imprensa, que condições Juiz de Fora oferecia para a emergência desses conflitos e tantas outras coisas. Quem garante aos “críticos” que um dos processos citados não teria sido reaberto anos depois e se perdido no tempo, comprometendo assim os resultados das penas aplicadas? Este tipo de exatidão não existe em História.

Alegam os “críticos” que fizeram uma “denúncia”: ora, não preciso de denúncia, pois não cometi nenhum crime, embora tenha trabalhado com eles. Alegam defender o

⁸ GEERTZ, Clifford. **A interpretação...** Op. Cit. p. 24

“direito do consumidor”: ora, existem canais específicos para a manifestação desses interesses.

Quisemos com o nosso livro mostrar Juiz de Fora como uma cidade que resultou do encontro das diferenças. Por que não aprender com nossa História e construir um espaço acadêmico plural, onde as diferenças sejam toleradas para que o crescimento seja coletivo?

Esperamos que os demais leitores da lista comprem o livro e retomem tais discussões comigo. Como assinante da lista me manifesto pouco, mas presto atenção em tudo. A vocês, sinto muito pelo ocorrido!

Atenciosamente,

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Resposta da Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, docente da Universidade Federal de Juiz de Fora às críticas que foram feitas a um artigo de sua autoria, denominado *Negros : famílias solidárias e conflitos urbanos*", parte do livro *"Solidariedades e Conflitos: histórias de vidas e trajetórias de grupos em Juiz de Fora"*.

O projeto acadêmico que deu origem ao livro *"Solidariedades e conflitos - histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora "* buscou, sobretudo, uma interpretação da história local, a partir de pressupostos e questionamentos sensivelmente diferentes e inovadores em relação ao conjunto das pesquisas já realizadas pelos historiadores e pesquisadores da cidade. Uma história que compreendesse, através de seus diferentes grupos étnicos, a construção de uma identidade urbana como resultado da interação dos grupos entre si e com o meio social que as abrigava. Uma leitura dessemelhante dos italianos e alemães, tal como aquela produzida pelos professores do próprio Departamento de História da UFJF e mais um amplo conjunto de alunos e pesquisadores construíram . Uma leitura dos imigrantes sírios , libaneses e portugueses, diferenciada daquela produzida pela historiografia tradicional da cidade. O objetivo principal do projeto foi produzir um texto claro, de linguagem e leitura fáceis , sem a profusão de notas e extensos levantamentos historiográficos, dedicado sobretudo `a

⁹ idem, p. 26.

comunidade juizforana ¹⁰. O resultado seria um livro que, assumisse o desafio de diminuir a lacuna existente entre a pesquisa acadêmica e o conhecimento socialmente divulgado, capaz de gerar reflexões e atitudes no ato constante repensar e interpretar o passado e, a partir desses processos, entender e transformar o presente. Daí a ausência das inúmeras citações e amplos levantamentos historiográficos . Por diferentes motivações Manolo Florentino no livro "A paz das senzalas " ¹¹, esclarece a sua indisposição em trabalhar a vasta historiografia sobre a família escrava, por considerá-la vasta, sólida e à disposição dos interessados em aprofundamentos. Outra atitude foi a de R. Slenes no livro "Na senzala uma flor" inteiramente dedicado à questão da família escrava. O citado autor realizou uma profunda análise historiográfica, reuniu tendências e citou através de notas, aproximadamente, setenta autores brasileiros sobre a questão. Ao citar trabalhos sobre a Zona da Mata mineira, especialmente Juiz de Fora, Slenes elegeu somente o importante trabalho de Rômulo Andrade, o único autor cujo trabalho está disponível nas bibliotecas dos Centros de Pós Graduação e publicado em revistas científicas nacionais ¹² . Seu trabalho pode ser questionado por ter "negligenciado" outros autores locais ? O próprio R. Andrade ao analisar a presença ou não de um mercado de famílias escravas nessa região, em artigo publicado pela revista Locus, não faz referência aos demais trabalhos aqui produzidos ¹³. Erro ou omissão dos autores ? Certamente que não ! Poderíamos citar inúmeros outros trabalhos que denotam diferentes opções teóricas, trabalhos aos quais o autor teve acesso, enfim, aqueles aos quais os autores elegem como seus interlocutores ou referenciais teóricos. Esta é uma questão preliminar, de inteira responsabilidade de cada autor. Pode-se concordar ou não, mas jamais desqualificar um trabalho por motivos tão subliminares, tal como foi realizado pela última crítica a nós perpetrada.

Retornando ao projeto do livro ,um segundo desafio colocou-se à nossa frente : os negros. Não podiam ser tratados como uma etnia. Sua trajetória na formação social brasileira marcada pela compulsoriedade, desrespeito e coisificação o que, a priori, dispensa mais considerações, deveria ser tratada de forma diversa . Optamos então por tratá-los todos, imigrantes e negros, como grupos sociais, que através de suas longas e conflituosas trajetórias construíram a nossa identidade produzindo, concomitantemente, um novo significado às suas próprias vidas. Daí foi dedicado um texto de no máximo trinta

¹⁰ O prefácio do livro dedica-se a esses esclarecimentos .

¹¹ FLORENTINO, M E GÓES, J. R. A Paz nas Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, RJ :Civilização Brasileira, 1997.

¹² SLENES, R. Na senzala uma flor : esperanças e recordações da família escrava .RJ: Nova Fronteira, 1999

¹³ ANDRADE, R.Havia um mercado de famílias escravas ? (a propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). In; Locus - Revista de História, JF: NHR/EDUFJF, 1998. Volume 4, n 1.

laudadas que desse conta de todo o período escravista e pós escravista. Não foi nossa proposta a realização de uma história social da escravidão da Zona da Mata ; essa pesquisa, realmente, demandaria um amplo levantamento de fontes primárias e secundárias.

Um terceiro problema nos deparamos. Todas as pesquisas realizadas sobre a escravidão em Juiz de Fora filiavam-se às linhas da história econômico-social e à história demográfica . Por mais que reconhecêssemos todo o longo e importante esforço de construção do conhecimento nos diferentes campos da escravidão e imigração estes trabalhos e seus respectivos autores, não representavam os nossos principais interlocutores. A nossa reflexão recaía mais para a riqueza da interdisciplinaridade . Daí conceitos e reflexões da antropologia social foram eleitos para entender a realidade que estávamos procurando decifrar. A teia de relações sociais construídas a partir dos conceitos de conflito, solidariedade (que dá título ao livro), bem como as estratégias de sobrevivência, as formas de retribuição e ajuda mútua, vistas através das manifestações artísticas, lazer, religiosidade, etc representaram o centro de nossas preocupações. Interessou-nos muito pouco as reações objetivas, perceptíveis à primeira vista pelas fontes criminais e quantificáveis. O livro *Solidariedades e Conflitos* no sentido metodológico e nas reflexões teóricas advindas desse esforço é, inegavelmente, inovador. Portanto, os importantes trabalhos de Guimarães, Zamblute, Amoglia e Andrade , bem como outros não foram profundamente trabalhados por considerarmos metodologicamente e teoricamente dessemelhantes dos objetivos e reflexões do livro .

Um quarto desafio se nos impôs . Acreditamos que não especialmente à nós autores, mas a todos aqueles que fazem história regional. Como aproveitar a riqueza das fontes internamente produzidas, verdadeiros conjuntos documentais, com espaços e tempos delimitados , no melhor estilo dos Annales, sem recair no auto-deslumbramento cosmopolita de alguns pesquisadores, sem se dar conta de que muitos elementos são recorrentes à realidades históricas espacialmente e até temporalmente distantes ? É Marcos Silva que nos atenta para os perigos e problemas (não por isto insuperáveis) da história regional ¹⁴. Por concordar com o referido autor e para romper com os perigos do regionalismo é que optamos por uma postura intelectual vinculada ao debate com a historiografia nacional, procurando perceber as semelhanças e dessemelhanças da história local com os processos acontecidos e estudados por intelectuais de renome nacional e internacional. Ademais, elegi certos intelectuais como meus interlocutores como um ato

¹⁴ SILVA, Marcos. *História República em Migalhas. História regional e Local*. SP: Marco Zero, CNPq, 1990

confesso de reconhecimento de sua importância na minha formação acadêmica: a minha orientadora de doutorado Hebe Mattos e ao meu professor Manolo Florentino o qual muito muito me auxiliou nas minhas incursões na demografia da escravidão.¹⁵ A eles incorporei as importantes e belíssimas reflexões de R. Slenes, que promove uma interpretação antropológica da escravidão¹⁶. Utilizei ainda importantes reflexões dos antropólogos Maria de Lourdes Bandeira e Carl Degler¹⁷. Estas foram as minhas opções teóricas.

Mesmo diante dessa réplica, contumaz redigida por dois pesquisadores e funcionários de um Arquivo Público municipal, acredito que o nível das discussões ainda está distante de um verdadeiro debate acadêmico. Lembro-me do grande debate da historiografia mineira da década de 80 do século XX envolvendo R. Slenes e Roberto Martins, importantíssimo para o esclarecimento da economia escravista de Minas no século XIX; ou mesmo, as importantes discussões teóricas da "Escola Paulista" com a historiografia fluminense. Duvido muito que as respectivas instituições, reitores, coordenadores e administradores tenham se envolvido nos ricos debates e tenham sido questionados a "tomarem providências cabíveis" diante de "um público consumidor (possivelmente) lesado em seus direitos". É a visão através de um binóculo invertido ou a simples manifestação de "desígnios inconfessáveis" tal como amigo meu me alertou?! Necessitamos de bons interlocutores e não de "consumidores", necessitamos de um rico debate capaz de produzir boas e inovadoras pesquisas.

Dedico um espaço exclusivo para uma resposta específica à insinuação completamente equivocada de plágio de dados e reflexões de outros autores não referenciados em notas e bibliografia no texto sob minha autoria.

Ao citar brevemente as diferentes formas de reação escrava e resistência à exploração, bem como o reconhecimento da face humana atribuída aos escravos quando envolvidos em ações criminais, considero que essas reflexões estão firmemente consolidadas e difundidas na historiografia brasileira, desde os anos 80 desse século. Essas, certamente, não constituem conhecimento privado de nenhum dos autores mencionados, principalmente no que se refere a J. Gorender, importante autor da década de 70 na caracterização do escravismo colonial, cuja contribuição ao estudo da família escrava possuo inúmeras discordâncias. Ademais, perceber que um escravo quando

¹⁵ OLIVEIRA, M. Negócios de famílias : mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Tese de doutorado: UFF, 1999.

¹⁶ SLENES, R. op. cit.

¹⁷ BANDEIRA, M L. Território negro em espaço em branco. SP: Brasiliense, CNPq, 1988 ; DEGLER, C. Nem preto, nem branco : escravidão e relações sociais no Brasil e nos Estados Unidos. RJ: Editorial Labor, 1976.

submetido à um processo criminal, deixava de ser considerado um objeto para ser um sujeito, é uma interpretação que pode ser realizada por qualquer pesquisador da área. Observamos essa identificação em quaisquer livros que tratam sobre a questão escrava, sejam eles universitários, didáticos ou paradidáticos. A própria opção metodológica em trabalhar com processos criminais já infere que através deles é que podemos nos aproximar da realidade do cativeiro!

A observância e interpretação das fontes, estando elas amplamente disponíveis em Arquivos Públicos é livre; submetida a um corpo teórico e metodológico sério e plausível é de inteira responsabilidade de cada pesquisador. Nesse sentido, a percepção do aumento gradativo de manifestações de rebeldia com o findar do século XIX não constitui exclusividade de nenhum pesquisador. A partir do levantamento realizado foi possível essa constatação. Existem aqueles que detêm a verdade e aqueles que têm o mérito de julgá-la? Essa última atitude parece ser a que os autores dessas "críticas" professam.

Somente uma leitura enviesada, inexplicavelmente em busca de erros e plágios, poderia se dar ao trabalho de reproduzir tabelas e documentos em defesa única da propriedade privada das idéias e interpretações. Não foi utilizado nenhum dado quantitativo da Sra. Elione Guimarães. As considerações em torno da documentação criminal partiram de uma leitura dos dados disponíveis e levantados pelos nossos estagiários na ocasião da pesquisa. A atitude dos reclamantes nos remete à postura patrimonialista, presente na sociedade brasileira desde sua formação. Confunde-se o público com o privado. Por serem funcionários de um Arquivo Público e pesquisadores acreditam-se os reclamantes detentores de um certo poder sobre as fontes e suas amplas e diversas interpretações, à luz de diferentes corpos teórico-metodológicos!

A consideração de que a maioria dos escravos crioulos eram originários de Pernambuco e Bahia, de São João Del Rei e Mariana, bem como as reflexões a respeito dos casamentos entre cativos, da mesma forma, não plageia trabalhos não citados na bibliografia. Muito pelo contrário, tais dados partem da minha própria tese de doutorado; os dados quantitativos e seriados levantados nos capítulos 3 e 4, itens 3.2.2 e 4.2 comprovam minhas considerações; essas partem, igualmente, de um extenso banco de dados elaborado com a finalidade de escrever a tese¹⁸. À esses soma-se uma outra vasta coleta de dados em escrituras e matrículas de escravos por mim realizada no Arquivo do Museu Mariano Procópio e em cartórios privados há, aproximadamente, dez anos atrás!

¹⁸ OLIVEIRA, M. op. cit

Por último, respondemos a mais um equívoco dos "críticos" : ao considerarmos uma lacuna da historiografia local a percepção da família cativa e suas relações com estratégias de solidariedade, parentesco e laços de compadrio, nos referimos à ausência de um trabalho sistemático¹⁹ que realize uma leitura antropológica da escravidão para essa região, utilizando os conceitos de família/parentesco/solidariedade/retribuição/estratégias sociais, dentre outros. Essa reflexão, ainda ausente, seria capaz de enriquecer a compreensão sobre a história da escravidão para essa região e se somar aos importantes trabalhos já realizados e em andamento que, antes de se excluírem, somente se complementariam , num esforço conjunto e interdisciplinar .

Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

¹⁹ Há um projeto de mestrado vinculado ao Programa de Pós graduação da UFF que se propõe a fazer essa leitura somente para o período pós escravista. Na ausência do projeto indico a sua monografia MOUTINHO, F. Juiz de Fora em preto e branco : libertos e preconceitos no pós-abolição . Monografia de Bacharelado, UFJF, 2000